

Desencontros da política econômica

CORREIO BRAZILIENSE

Gerson P. Lima

11 JAN 1993

Até recentemente não havia teoria da inflação que permitisse medi-la mediante análise simultânea de todas as suas causas prováveis: os gastos do Governo, a taxa de câmbio, o salário, a política monetária e as expectativas das empresas. Aliás, considerando-se que, apesar de todas as tentativas ortodoxas e heterodoxas já feitas, a inflação continua forte e saudável, seria justo se o público perguntasse se existe uma teoria qualquer da inflação. O que de melhor a teoria econômica hoje dominante pode nos oferecer são duas noções relativamente simples: o enfoque monetário e a "curva de Philips". Vejamos inicialmente a segunda alternativa.

A curva de Philips tem sido utilizada para descrever uma relação negativa entre a inflação e o desemprego, de forma que quando cresce o desemprego a inflação cai e vice-versa: quanto maior o emprego, maior a inflação. Invoca-se frequentemente o enunciado de Philips para postular que a recessão econômica e o desemprego são elementos necessários para combater a inflação. Deve ser notado, entretanto, que a curva de Philips é uma função que une duas variáveis econômicas mas não pode indicar a existência de uma relação de causalidade entre elas. Não é o emprego que provoca inflação; estas duas grandezas econômicas são explicadas por uma outra causa que lhes é comum: a política econômica.

Como Philips mesmo disse, sua curva é uma construção teórica baseada na antiga lei da oferta e da demanda. A curva de Philips é gerada mantendo-se a oferta hipotética e artificialmente constante enquanto são observados choques do lado da demanda. Acontece que a teoria econômica dominante desconhece a lei universal da oferta e da demanda,

sendo capaz de explicar o comportamento dos produtores-ofertantes apenas numa situação toda especial, a concorrência perfeita, a qual, por ser utópica, se tornou insatisfatória para a política econômica. Ultrapassando esta limitação, um recente estudo teórico e econométrico sobre a economia brasileira demonstrou que a antiga, lei da oferta e da demanda, conforme previsto por Keynes, existe e é universal. Em consequência, a curva de Philips pode ser dispensada.

Quanto ao enfoque monetário, observa-se que ele também pode ser traduzido em termos práticos numa relação simples entre duas grandezas econômicas: o volume disponível de dinheiro, ou de meios de pagamento, e a taxa de inflação. Se bem que nesse caso a relação de causalidade seja aparentemente óbvia — dizer que mais dinheiro disponível provoca inflação não esgota o problema; é necessário investigar por que a disponibilidade de meios de pagamento aumentou. O Banco Central deve controlar autonomamente o estoque de meios de pagamento comprando e vendendo títulos, mas ele não pode controlar as causas primárias que pressionam a criação de moeda. Estas causas primárias derivam da política econômica do Governo, por exemplo a expansão dos gastos associados à política fiscal e o *superavit* no comércio externo relacionado com a política cambial. Assim, por influir primariamente na criação de meios de pagamento, é a própria política econômica que determina o nível geral dos preços de todos os produtos e, consequentemente, a inflação.

O que dá uma certa aparência de acerto ao enfoque monetário é que a inflação pode ser vista como um fenômeno de características puramente monetárias. De fato, apesar de ter suas causas em outras instâncias, a inflação só manifesta seus

efeitos danosos quando a produção física não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da demanda agregada. Exemplificando: se a política fiscal do Governo for "comediada", expandindo os gastos de acordo com o que a produção, pode responder no curto prazo e haverá um certo aumento de preços "comedido", natural e necessário para aumentar a massa de lucros e financiar o investimento no aumento da produção e do emprego.

Porém, se a política fiscal for excessivamente expansiva, haverá um aumento de preços além do naturalmente esperado: a inflação "pura". Em outros termos, só quando a política fiscal ultrapassa a capacidade de resposta da produção é que se tem, verdadeiramente, inflação.

Indo um passo além, o diagnóstico da inflação brasileira derivado do estudo aqui referido indica que ela é explicada basicamente pela expansão monetária associada ao pagamento dos juros da dívida interna, de sorte que o caminho para eliminá-la passa pelo equacionamento da questão da dívida. Ou seja, é imprescindível mudar a política monetária, hoje dominada pela enganosa necessidade de emitir títulos para financiar o gasto do Governo com juros. Urge concentrar a política monetária no objetivo que lhe é específico: ela é um instrumento de política econômica de "ajuste-fino", a ser utilizada para retirar ou emitir moeda apenas para contornar problemas de curto prazo. A longo prazo o instrumento básico da política econômica é a política fiscal, mas, para que esta possa novamente ser utilizada com a sua finalidade intrínseca — a promoção do desenvolvimento econômico —, é indispensável retirar-lhe o compromisso de pagar o peso morto dos juros da dívida.

□ Gerson P. Lima é doutor em Teoria Econômica pela Universidade de Paris